



Comissão de Educação se dedica a analisar Fundeb

Vigência do fundo da educação básica, que acaba em 2020, vai ser um dos assuntos das quatro audiências públicas do ciclo de debates

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cuja vigência expira em dezembro de 2020, será assunto de um ciclo de debates na

Comissão de Educação, Cultura e Esporte a partir de amanhã. As quatro audiências vão discutir o atual cenário, problemas e virtudes, possibilidades de aperfeiçoamento e a

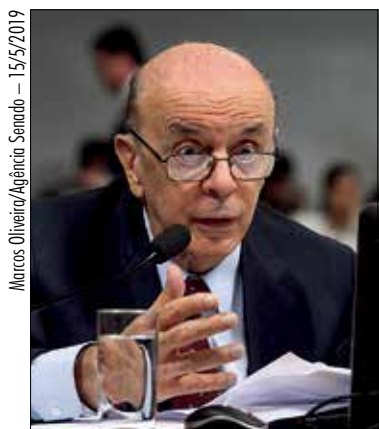
perspectiva de criação de um novo fundo, talvez permanente. O primeiro debate é com o consultor Paulo de Sena Martins, especialista em financiamento da educação. **3**

MP que facilita novas empresas será debatida

Duas audiências públicas vão discutir amanhã a medida provisória que prevê o registro automático nas juntas comerciais de firmas constituídas como empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade limitada, quando preenchidos determinados requisitos. A MP 876/2019 tramita na comissão mista responsável por analisá-la antes que vá a voto nos Plenários da Câmara e do Senado. Entre os convidados para os debates, estão representantes da Receita Federal, do Ministério da Economia, do Sebrae e da OAB. **3**



Comissão, que tem Flávio Arns (D) como vice-presidente, vai discutir o principal mecanismo de financiamento da educação básica, com cerca de 80% da verba



Serra propõe análise do cumprimento dos objetivos sociais e econômicos

Colegiado deve votar avaliação de benefício creditício

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar amanhã, em decisão final, o projeto que implementa um sistema para avaliação da efetividade da concessão de benefícios na forma de subsídios creditícios.

A proposta de José Serra obriga o Ministério da Economia a divulgar demonstrativos trimestrais sobre o impacto fiscal desses benefícios, que são empréstimos e financiamentos concedidos a taxas de juros inferiores à Selic. Também deverão ser analisados os subsídios derivados de operações de crédito em que o dinheiro não é lastreado diretamente no Tesouro. O relator é Oriovisto Guimarães. **3**

Crime de feminicídio pode se tornar imprescritível

O feminicídio, assassinato de mulher por violência doméstica ou discriminação de gênero, se tornará um crime imprescritível, segundo PEC em análise pela Comissão de Constituição e Justiça. **2**

Proposta prioriza obra de saneamento paralisada

A Comissão de Transparência analisa hoje proposta para evitar que obras de saneamento básico sejam paralisadas ou fiquem inacabadas. A intenção do projeto é dar preferência, na alocação de recursos federais, para obras que já tenham mais de 70% do orçamento executado, evitando a perda dos investimentos já feitos. **2**



Projeto de Rose de Freitas modifica a Lei Nacional do Saneamento Básico

Senadores estão cautelosos sobre projeto para militares

O Congresso analisa o projeto de lei que atualiza o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, paralelamente à tramitação

da proposta de reforma da Previdência para servidores públicos civis e para trabalhadores vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

O ponto de conflito do texto sobre a previdência dos militares é que ele também reestrutura a carreira militar, com reajustes pontuais de

soldos e criação ou modificação de adicionais e ajudas de custo. Por isso, os senadores ainda estão cautelosos sobre a proposta. **4**



Mudanças nas regras da previdência militar, previstas no projeto que também reestrutura carreira, podem economizar R\$ 10 bilhões em uma década, prevê governo

Comissão vota prioridade a obras de esgoto paradas

Proposta dá preferência, na destinação de recursos federais, a obras de saneamento básico que já tenham mais de 70% do orçamento executado. Objetivo é evitar paralisação e perda de investimentos já feitos

PROPOSTA PARA QUE obras de saneamento básico não sejam paralisadas ou fiquem inacabadas no país deve ser analisada hoje na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), a partir das 11h30. A intenção do projeto (PLS 326/2017) é dar preferência na alocação de recursos para obras que já tenham mais de 70% do orçamento executado.

De autoria de Rose de Freitas (Pode-ES), a proposta modifica a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007), para estabelecer preferência na alocação dos recursos federais para as obras de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos em andamento nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, cuja execução tiver ultrapassado 70% do respectivo orçamento.

O relator na CTFC, Izalci Lucas (PSDB-DF), diz que o governo faz muitas obras ao



Divulgação/Codevnsf

Texto, que deve ser votado amanhã, altera Lei do Saneamento Básico

mesmo tempo e os contingenciamentos costumam ser lineares, em vez de priorizar determinados projetos em detrimento de outros.

Deterioração

Com isso, reduz-se a velocidade de todas as obras em andamento, muitas vezes levando à sua paralisação e até à perda dos recursos já investidos, devido à deterioração das instalações incompletas.

Também está na pauta o PLS 202/2018, que permite a labo-

ratórios públicos e privados habilitados fazer análise de alimentos, para fins de controle da conformidade a normas de higiene, envasamento e rotulagem.

A proposição, do ex-senador Antonio Carlos Valadares, busca modernizar dispositivos legais instituídos há quase 50 anos e evitar questionamentos jurídicos contra a atuação dos laboratórios privados habilitados na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas).

Leila comemora sanção da lei que facilita proteção à mulher

Leila Barros (PSB-DF) comemorou na sexta-feira a sanção sem vetos da Lei 13.827, que facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar. Para a senadora, as novas regras representam um grande avanço no combate à violência.

— Sabemos que há municípios, nos rincões do país, que não têm nem delegacia, que não têm para onde uma mulher possa correr. Essa é uma lei que está transformando muito aquelas mulheres que não têm proteção.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

É preciso aumentar reciclagem de lixo no Brasil, alerta Kajuru

Para destacar o Dia Mundial da Reciclagem, comemorado na sexta-feira, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) fez, em Plenário, um alerta às autoridades a respeito da situação do país no setor.

O senador destacou que o Brasil é o quarto maior produtor de lixo no mundo e, mesmo assim, a prática da reciclagem ainda é incipiente.

— O sistema atual de produção, uso e descarte de lixo no Brasil está completamente arruinado e é necessário mudar esse comportamento e debatermos isso aqui no Senado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Chico Rodrigues pede à CGU relatórios sobre uso do Fundo Amazônia

Chico Rodrigues (DEM-RR) comentou, na sexta-feira, relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o uso dos recursos do Fundo Amazônia. O senador destacou que se trata de um programa importantíssimo, que tem o objetivo de compensar estados e municípios pelas ações de preservação da floresta.

No entanto, disse Rodrigues, a CGU comprovou que esses recursos foram usados para pagar salários de funcionários e de terceirizados ou, em 82% dos casos, para financiar projetos que não foram escolhidos com critérios técnicos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Proposta de emenda constitucional torna feminicídio crime imprescritível

O crime de feminicídio poderá se tornar imprescritível, assim como já acontece com o crime de racismo. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria de Rose de Freitas (Pode-ES), a PEC 75/2019 deverá entrar em vigor assim que se tornar emenda.

Feminicídio é o homicídio contra mulheres motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero.

A senadora cita estudo da Organização Mundial da Saúde que situou o Brasil em quinto lugar na taxa de feminicídios entre 84 nações. Ela menciona o *Mapa da Violência 2015*, segundo o qual 106.093 pessoas morreram apenas por serem mulheres, entre 1980 e 2013.

“Propomos que a prática dos feminicídios junte-se ao rol constitucional das mais graves formas de violência reconhecidas pelo Estado brasileiro”, justifica a senadora.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG	TER	QUA	SEX	DOM
CDH Previdência e capitalização 9h Audiência para debater Previdência, com foco na capitalização.	CDH Pedofilia na internet 9h Audiência sobre pedofilia na web.	CCJ Responsabilidade civil 15h Debate do PLC 126/2015, sobre o Estatuto da Responsabilidade Civil.	CAS Dependente com doença rara 9h Entre 12 itens, o PL 682/2019, que concede benefícios fiscais por dependentes com doenças raras.	
PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CE Fundo da educação básica 9h Debate sobre o Fundeb.	CCT Programa habitacional 9h Debate sobre o Minha Casa, Minha Vida.	CDH Justiça restaurativa 9h Audiência sobre justiça restaurativa.	
CAE Taxa de religação 10h Entre 15 itens, o PL 669/2019, que veda taxa de religação de serviço público.	CAE Taxa de religação 10h Entre 15 itens, o PL 669/2019, que veda taxa de religação de serviço público.	CDR Lençóis Maranhenses 9h Debate sobre Lençóis Maranhenses.	CCJ Conselho Nacional de Justiça 10h Entre 30 itens, nome para o CNJ.	
CDR/CRA/CMA Bonito (MS) 10h Audiência sobre áreas de preservação ambiental em Bonito (MS).	MP 876/2019 Registro de empresas 10h Audiência. Às 14h, mais um debate.	CRA Plano Safra 2019–2020 11h Debate sobre o Plano Safra.	MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho 11h30 Análise do relatório.	
BRASIL-CHINA Grupo parlamentar 11h Instalação e eleição.	CTFC Indicação política para estatal 11h30 O SCD 10/2018, que libera indicação política para estatais, é um dos 15 itens da pauta da comissão.	CE Fundo da educação básica 14h Audiência sobre o Fundeb.	PREVIDÊNCIA Debate sobre reforma 14h Audiência para debater a PEC 6/2019, sobre a reforma.	
CPI DE BRUMADINHO Depoimentos 13h Executivos e ex-diretor da Vale.	CAS Oferta de remédios caros no SUS 14h Audiência para debater obrigatoriedade da oferta de medicamentos de alto custo pelo SUS.	CMO Orçamento 14h Audiência sobre a regra de ouro.	CSE Orçamento impositivo 15h Debate sobre orçamento impositivo.	
CI Segurança de barragens 14h30 Audiência com o diretor-geral da Aneel, André Pepitone da Nóbrega.	CMO Crédito para a pasta da Justiça 14h30 Na pauta, projeto que abre crédito especial de R\$ 40 milhões para o Ministério da Justiça.	SESSÃO ESPECIAL Capital do Tocantins 10h 30º aniversário de Palmas.	SESSÃO ESPECIAL Comissários 9h Dia Nacional do Comissário de Proteção da Criança e do Adolescente.	
		SESSÃO SOLENE Fernando Figueira 11h Centenário do patrono do Instituto Materno Infantil de Pernambuco.		

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Colegiado inicia amanhã debates sobre o Fundeb

Comissão de Educação, Cultura e Esporte vai discutir o atual cenário do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que acaba em 2020. A permanência é uma das possibilidades

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) fará um ciclo de debates sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência expira em dezembro de 2020. As quatro audiências vão discutir o atual cenário, problemas e virtudes, possibilidades de aperfeiçoamento e a perspectiva de criação de um novo fundo, talvez permanente.

A primeira ocorrerá amanhã, às 9h, com a participação do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo de Sena Martins, especialista em direito e financiamento da educação.

O segundo debate será na quarta-feira, às 14h, e contará com o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários da Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o Movimento Todos pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O Fundeb é o principal me-



Arns é o relator na CCJ da proposta que torna o Fundeb permanente

canismo de financiamento da educação básica e concentra cerca de 80% dos recursos destinados à educação infantil e aos ensinos fundamental e médio.

Em 2018, segundo o senador Marcos do Val (Cidadania-ES), um dos proponentes das audiências na CE, o Fundeb ultrapassou R\$ 140 bilhões, sendo 10% do montante aportados pela União e os outros 90% pelos estados e municípios.

Segundo Flávio Arns (Rede-PR), que também pediu os debates, a iminência do fim

da vigência do Fundeb pode gerar uma perda considerável de recursos aplicados na educação básica pela União. O debate, diz, vai auxiliar no aprimoramento da política pública considerada "estruturante" da educação e na redação de uma nova proposição legislativa.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Davi Alcolumbre (DEM-AP) apresentaram este ano uma proposta que torna o Fundeb permanente (PEC 65/2019). Arns é o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

MP que ajuda abertura de empresa terá audiências

A comissão mista da medida provisória que simplifica o registro de novas empresas promoverá duas audiências amanhã. A MP 876/2019 prevê o registro automático nas juntas comerciais de firmas constituídas como empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade limitada, quando preenchidos determinados requisitos. Caso esses requisitos não sejam atendidos, os atos devem ser efetivados no prazo de dois dias úteis.

A primeira audiência, a partir das 10h, receberá representantes da Receita Federal, do Sebrae, do Ministério da

Economia, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

Às 14h30, a segunda audiência terá representantes de juntas comerciais, associações comerciais, da OAB, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Declaração

A MP estabelece que a declaração do advogado ou do contador da empresa passa a ter fé pública. Na prática, quando o advogado ou o contador que

representa a empresa atestar verbalmente, na hora do atendimento, a autenticidade de documento relativo à empresa que estiver representando na junta comercial, não precisará haver cópia autenticada.

A medida perderá a validade se não for analisada pelo Congresso até 11 de julho. Ela receberá parecer da comissão mista, composta por deputados e senadores. Depois, será enviada para a Câmara dos Deputados e, se aprovada, para o Senado.

O senador Jorginho Mello (PR-SC) preside a comissão e o relator é o deputado Aureo Ribeiro (SD-RJ).

Contingenciamento não é corte, diz Roberto Rocha

O contingenciamento é uma ferramenta de gestão usada por todos os governos e não pode ser considerada corte porque não é definitiva, disse Roberto Rocha (PSDB-MA). Ele defendeu a legitimidade do bloqueio de verbas para universidades federais e afirmou que a medida foi aplicada a outros setores, como as Forças Armadas.

— Essa confusão toda nasceu de uma colocação errada do ministro da Educação, que não pode tratar de ideologia. Essa crise podia ser eliminada se tivesse o ministro falado menos e feito mais.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Wellington apoia vincular crédito a suspensão de corte

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que apoia a ideia de vincular a aprovação do crédito suplementar solicitado pelo governo ao desbloqueio do orçamento do Ministério da Educação. Assim, disse, para que o governo seja autorizado a gastar R\$ 248,9 bilhões em despesas correntes, teria que voltar atrás no contingenciamento das verbas das universidades.

O senador também defendeu projeto dele que cria normas gerais de segurança nas escolas para reduzir a violência (PL 2.256/2019).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Izalci destaca papel da tecnologia na educação

Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou que o futuro da educação passa pelo uso da tecnologia e da inovação na formação de educadores e estudantes.

De acordo com o senador, a tecnologia já faz parte do dia a dia de crianças e jovens e é fundamental inseri-la na educação:

— Hoje as crianças aprendem de uma forma diferente daquela que nós aprendemos um dia. As tecnologias digitais estão no dia a dia de todos, transformando hábitos e comportamentos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Emenda do Teto de Gastos é política suicida, diz Paim

A emenda constitucional que estabelece um teto de gastos ao governo por 20 anos é uma política "suicida" de austeridade fiscal, afirmou Paulo Paim (PT-RS). A Emenda 95, de 2016, estabelece que as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada pelo IPCA.

O senador defendeu que o Congresso revogue a emenda. Segundo ele, os limites impostos pela medida, em combinação com a crise econômica, podem levar o Brasil a um colapso social nos próximos anos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Avaliação de benefício creditício pode ser votada em comissão

Projeto que implementa um sistema para avaliação da efetividade da concessão de benefícios na forma de subsídios creditícios deve ser votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se aprovado, o PLS 457/2018, de José Serra (PSDB-SP), poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

A proposta obriga o Ministério da Economia a divulgar demonstrativos quadrimestrais sobre o impacto fiscal desses benefícios, que são empréstimos e financiamentos concedidos a taxas de juros inferiores à Selic. Também deverão ser analisados os subsídios derivados de operações de crédito em que o dinheiro não é lastreado diretamente no Tesouro, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, que facilita financiamentos com base em recursos do FGTS.

O projeto tem análise favorável do relator, Oriovisto Guimarães (Pode-PR), mas recebeu quatro emendas que aguardam avaliação.

A CAE também pode decidir em definitivo sobre projeto que concede isenção de Imposto de Renda a portadores de diabetes sobre os

proventos de aposentadoria ou reforma. O PL 585/2019, de Alvaro Dias (Pode-PR), tem relatório favorável de Mecias de Jesus (PRB-RR). Se aprovado, o texto deve seguir para a Câmara.

A pauta completa da CAE tem 15 itens. Um deles é o projeto de decreto legislativo que susta portaria do Ministério da Saúde, segundo a qual o SUS passaria a restringir o acesso de mulheres de 40 a 49 anos a exames mamográficos para detecção de câncer de mama. O PDS 377/2015 ainda precisará passar pelo Plenário do Senado.

Entre os demais projetos na pauta da CAE, estão o PLS 486/2017, que regulamenta as associações entre municípios para cooperação técnica, científica, educacional, cultural e social; o PLS 29/2018, que prioriza recursos do Fundo do Meio Ambiente para prevenção e remediação de desastres naturais sem identificação do responsável; o PLC 151/2017, que facilita a individualização de dívidas rurais; e o PLC 64/2016, que reserva recursos do Minha Casa, Minha Vida para regularização fundiária de assentamentos urbanos.

PEC põe economia solidária entre princípios da ordem econômica

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta que pretende incluir a economia solidária entre os princípios da ordem econômica. A iniciativa da PEC 69/2019 é do senador Jaques Wagner (PT-BA) e recebeu apoio de outros 30 parlamentares.

Economia solidária é um movimento que trata do conceito de produção, consumo e distribuição de riqueza, com foco na valorização do ser humano, e tem base nos empreendimentos coletivos

No Brasil, há cerca de 30 mil empreendimentos solidários, que geram renda para mais de 2 milhões de pessoas.

De acordo com Jaques Wagner, apesar de ter relevância social e estar inserida entre os objetivos fundamentais da República, a economia solidária no Brasil ainda carece de políticas públicas direcionadas.

O senador considera que a inclusão desse conceito entre os princípios da ordem econômica da Constituição será benéfica para o desenvolvimento do país.

Senado analisa com cautela projeto de militares

Reforma da previdência militar pode economizar R\$ 10 bilhões em uma década, aposta governo. A proposta também altera regras para reforma e reestrutura a carreira



EM PARALELO À proposta de reforma da Previdência, o Congresso também analisa o projeto de lei que atualiza o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, a previdência dos militares. O texto (PL 1.645/2019) aumenta de 30 para 35 anos o tempo de serviço necessário para que os servidores militares da Marinha, Exército e Aeronáutica passem à reserva das Forças Armadas (eles não se aposentam, se tornam inativos). Um oficial da reserva precisa estar disponível para ser reincorporado ao serviço ativo das Forças Armadas em situações como estado de guerra e estado de sítio. O militar na reserva, quando atinge a idade-limite, é reformado, ou seja, considerado definitivamente afastado do serviço militar.

O projeto mantém aos militares da reserva e seus pensionistas o direito de integralidade e paridade com os da ativa. Também aumenta as idades-limite para a reserva, dependendo dos postos hierárquicos. A alíquota de contribuição ao sistema sobe de 7,5% para 10,5%, escalonada em três anos a partir de 2020. Pessoas que hoje são isentas da contribuição passam a pagá-la. Segundo os cálculos do Ministério da Defesa, as medidas levarão a uma economia de R\$ 97,3

bilhões em dez anos.

O ponto de conflito do texto é que ele também reestrutura a carreira militar, com reajustes pontuais de soldos e criação ou modificação de adicionais e ajudas de custo, totalizando uma despesa de R\$ 86,8 bilhões em uma década. Feitas as contas, a economia efetiva com o sistema dos militares seria de apenas R\$ 10,5 bilhões nesse prazo. Os senadores ainda estão cautelosos.

— As informações são como peças de quebra-cabeça sendo encaixadas. E têm peças que não encaixam — disse Styvenson Valentim (Pode-RN).

Já Eliziane Gama (Cidadania-MA) critica os dispositivos que elevam os adicionais para os militares graduados, em detrimento dos de patentes baixas.

— Não houve um olhar prioritário para a sociedade, houve um olhar privilegiado para os oficiais — disse.

Na opinião do diretor-geral da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, a economia prevista com a proposta não é grande, em comparação com o R\$ 1 trilhão que se espera economizar na reforma da Previdência.

— No entanto, não deve ser desprezada. Com um déficit brutal como temos hoje e com a dívida crescendo sem parar, todo efeito fiscal é relevante.

A PEC 6/2019 transfere a competência de legislar sobre policiais e bombeiros militares, que são servidores estaduais, para o Executivo. A previsão é de que uma lei complementar defina futuramente as regras para os militares estaduais. Sem isso, as regras para os federais serão estendidas aos estaduais, ainda que haja conflito com o que já se pratica hoje, como a cobrança de alíquotas previdenciárias diferenciadas.

Rogério Carvalho (PT-SE) é crítico dessa uniformização.

— É preciso que a gente desentranhe essa parte do projeto para garantir que os estados, dentro de suas autonomias, da autonomia federativa, possam encontrar caminhos que caibam dentro de suas equações fiscais específicas — observou.

A proposta trata dos militares temporários, hoje não mencionados no Estatuto dos Militares (Lei 6.880, de 1980). Pelo texto, a categoria não adquire estabilidade e passa para a reserva não remunerada após o desligamento do serviço ativo. O PL 1.645/2019 esclarece que o custo com os proventos de militares ativos e inativos será da União, pago com recursos do Tesouro.

O projeto inova ao estabelecer a contribuição dos pensionistas dos militares.



Jorge Cardoso/Ministério da Defesa

Pela proposta, a alíquota de contribuição sobe de 7,5% para 10,5%, escalonada em três anos a partir de 2020

Tempo de serviço ativo nas forças armadas

HOJE	COM O PROJETO
30 anos	35 anos, sendo no mínimo 30 para os que estudaram nas escolas preparatórias das Forças Armadas e 25 para os demais

Alíquota de contribuição

HOJE	COM O PROJETO
Pensionistas, alunos das escolas militares e militares de baixa patente que ingressaram até dois anos — isentos	Todos passarão a pagar 10,5%, com elevação escalonada (8,5% em 2020, 9,5% em 2021 e 10,5% em 2022), menos os que cumprem o serviço militar obrigatório

Transferência para a reserva e reforma

A proposta aumenta as idades-limite para a reforma de todos os postos e graduações, de 44 a 66 anos para de 50 a 70 anos. Também aumenta as idades-limite da transferência da reserva para a reforma, de 56 a 58 anos para 68 a 75 anos, idade da aposentadoria compulsória de servidores civis. Exemplos:

IDADES-LIMITE PARA INGRESSO NA RESERVA		
POSTO	COMO É HOJE	PROPOSTA
Almirante, general, tenente-brigadeiro	66 anos	70 anos
Capitão de mar e guerra, coronel	59 ou 62 anos	67 anos
Capitão de corveta, major	52 ou 58 anos	61 ou 64 anos
Capitão, tenente, oficiais subalternos	48 ou 56 anos	55 ou 63 anos
Cabo, taifeiro	48 anos	54 anos
Marinheiro, soldado	44 anos	50 anos

IDADES-LIMITE PARA MILITAR SER REFORMADO		
POSTO	COMO É HOJE	PROPOSTA
Oficial general (almirante, general, tenente-brigadeiro)	68 anos	75 anos
Oficial superior (coronel, tenente-coronel, major)	64 anos	72 anos
Capitão, tenente, oficial subalterno	60 anos	68 anos
Praças (soldado, cabo)	56 anos	68 anos

Fonte: Projeto de Lei 1.645/2019, com análises da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal e do Ministério da Defesa.

ser somados como “anos de serviço militar” o tempo de estudo nas escolas de formação e graduação, ainda que, como alunos, não tenham contribuído e tenham recebido bolsas das Forças Armadas.

O texto aumenta as idades limites para todos os postos e graduações. Atualmente, para entrar na reserva, a idade do militar varia de 44 a 66 anos e, com a aprovação, passaria a ser de 50 a 70 anos. A transferência da reserva para a reforma também seria adiada. Em média, a idade para o militar ser reformado passaria de 56

a 58 anos para 68 a 75 anos, idade da aposentadoria compulsória de servidores civis.

Os militares que já estão na carreira terão o direito de cumprir regras de transição. Para isso, bastará que trabalhem alguns anos a mais, pagando o “pedágio”, um acréscimo de 17% no tempo de serviço que falta para chegar à reserva. Quem foi recentemente incorporado e trabalhar 35 anos, em vez dos atuais 30, ainda irá para a inatividade pelas regras da lei em vigor, mesmo que o PL 1.645/2019 venha a ser aprovado.

Comissão debate mudança para capitalização

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência sobre a capitalização da Previdência. O requerimento é do presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS). Na capitalização, prevista na reforma previdenciária (PEC 6/2019), o dinheiro é aplicado individualmente pelo trabalhador. Pelo sistema atual, de repartição, os pagamentos do pessoal da ativa financiam as aposentadorias dos inativos.

Foram convidados representantes do Ministério da Economia, do Coletivo de Advogados de Servidores Públicos, do Movimento Legislação e Vida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.